Recursos hídricos no semi-árido

Airson Bezerra Lócio

A Codevasf, coerente com o primeiro objetivo da Lei 9.433, saiu na frente e já desenvolve um programa que tem por finalidade distribuir de forma gerenciável as águas da bacia do São Francisco de maneira a dominar a maior parte da zona semi-árida de todos os estados.

A estratégia da Lei nº 9.433 resulta em aplicar bem os meios oferecidos para alcançar os objetivos propostos, dentre os quais destaca-se "assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequados aos respectivos usos".

Nas regiões do país onde a água está disponível, mesmo em quantidades reduzidas, é possível a aplicação dos instrumentos criados. Entretanto, quando se trata da zona semi-árida onde a água praticamente inexiste é preciso, antes, disponibilizá-la.

Nesse sentido a Codevasf, coerentemente com o primeiro objetivo da lei, saiu na frente e desenvolve um programa que tem por finalidade distribuir, de forma gerenciável, as águas da bacia do São Francisco de maneira a dominar a maior parte da zona semi-árida de todos os estados.

A zona semi-árida abrange nove estados do Nordeste e o Norte de Minas Gerais. É caracterizada por chuvas insuficientes e irregulares, temperaturas elevadas e fortes taxas de evaporação, fatores que determinam uma economia extremamente vulnerável, com alto grau de dependência de um clima sempre adverso, que inviabiliza e afugenta o investimento privado.

Nos períodos de seca, a população rural flagelada desenvolve atividades impróprias à preservação dos poucos recursos naturais disponíveis ou migra para as cidades, onde acaba marginalizada. A prática do desmatamento descontrolado para fins agrícolas ou energéticos é comum, o que leva ao abandono da área depois de degradada e totalmente estéril, devido ao manejo inadequado. Estudos do Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semi-árido da Embrapa demonstram que, em decorrência do clima, a probabilidade de produção agrícola é inferior a 40% no semi-árido.

Essa situação de penúria repercute e se repete nos aspectos sociais. O sistema educacional é insatisfatório, o saneamento básico é precário ou inexistente e a infra-estrutura de saúde é tão deficitária quanto rara.

Trata-se de uma área significativa do território nacional onde se abrigam cerca de 10% da população do país e requer da União ações que visem à redução das desigualdades acentuadas em relação às demais regiões, conforme preceitua o artigo 43 da Constituição federal. Portanto, qualquer intervenção governamental, desde que coordenada, contínua, abrangente e de longo prazo, que objetive o desenvolvimento da zona semi-árida, causará impactos positivos, não só na região Nordeste, mas no restante do país.

Ao lado desse quadro desolador surge, redentor, o rio São Francisco, manancial perene mais próximo, como alternativa para reverter o panorama deprimente que caracteriza a zona semi-árida. A distribuição de suas águas de forma equilibrada funciona como fonte propulsora e, ao mesmo tempo, atrativa do desenvolvimento.

A região Nordeste foi alvo de muitos estudos que traduzem um acervo bibliográfico rico e farto do qual destacam-se, por focalizar a zona semi-árida, o Plano de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Planvasf – e o Projeto Áridas, ambos elaborados com a colaboração de organismos internacionais.

A Codevasf, preocupada com a situação cada vez pior da zona semi-árida, debruçou-se sobre os estudos disponíveis, avaliou as propostas e idéias que têm sido discutidas no cenário nacional, acrescentou sua experiência e concebeu uma proposta nova, criativa e ousada para oferecer à comunidade nordestina e brasileira. Trata-se do Programa de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do São Francisco e do Semi-árido Nordestino.

A proposta consiste em combater a pobreza crônica da população da zona semi-árida e, conseqüentemente, minimizar o êxodo rural, utilizando a es-

OPINIÃO

A proposta da Codevasf consiste em combater a pobreza crônica da população da zona semi-árida e minimizar o êxodo rural, utilizando a estratégia que tem como ponto fundamental o aumento da quantidade de água do rio São Francisco, que será transposta para um sistema de reservatórios interligados por canais em nível, que por sua vez são planejados para captar também as águas resultantes das esparsas chuvas locais.

tratégia que tem como ponto fundamental o aumento da quantidade de água do rio São Francisco, que será transposta para um sistema de reservatórios interligados por canais em nível, que por sua vez são planejados para captar também as águas resultantes das esparsas chuvas locais.

Esses reservatórios e canais garantirão permanentemente a água necessária para dar sustentação às atividades econômicas e sociais, sem a trágica dependência do clima nos períodos de estiagem que freqüentemente assolam a região.

Esses elementos coordenados entre si formam o Sistema de Abastecimento Hídrico para Uso Múltiplo que, além de permitir o suprimento constante de água para a zona semi-árida, vem sendo desenvolvido para permitir o total gerenciamento da água armazenada e consumida, coerentemente com o estabelecido na lei. Isso é possível porque as águas serão captadas e conduzidas por canais especialmente construídos para servir a esse propósito, evitando os desagradáveis e inevitáveis conflitos gerados pelo sistema de barragens isoladas e pontuais até então vigentes.

Para a viabilização do sistema, entretanto, é necessário aumentar o volume de água no rio São Francisco, pois sua vazão regularizada atual de 2.060m³/s na barragem de Sobradinho garante apenas os compromissos de geração de energia e de projetos de irrigação localizados e planejados na bacia.

Para atender aos novos compromissos, vêm sendo estudadas e desenvolvidas pela Codevasf alternativas de implantação de estruturas hidráulicas que possibilitem aumentar a vazão regularizada. O volume de água necessário para alcançar a vazão requerida deverá ser obtido dos excedentes hídricos das bacias vizinhas e estocados na bacia do São Francisco.

Outro aspecto importante da proposta estabelece que todas as ações previstas nos mais diversos órgãos setoriais integrantes da estrutura do governo deverão ser coordenadas e integradas, de modo a racionalizar os investimentos públicos na região, procurando obter o maior rendimento dos escassos recursos disponíveis.

Essa proposta da Codevasf presume fundamentalmente a melhora dos níveis de desempenho da economia local, com o conseqüente aumento da distribuição de renda e da qualidade de vida do homem da região.

Esses benefícios têm como base de sustentação a oferta da água, que associada a outros fatores constitui o pilar para o desenvolvimento do setor primário, primeiro degrau para alcançar uma economia sólida e independente.

Para tanto é essencial que as ações relativas a transporte, energia, educação, mineração, piscicultura, ciência e tecnologia, agricultura convencional e irrigada, saúde, proteção do meio ambiente e recursos hídricos mantenham estreita articulação e reciprocidade com o programa.

Os estudos já realizados indicam a viabilidade técnica do programa e sua capacidade de induzir às transformações esperadas, incorporando extensas áreas, hoje inaproveitadas, em solos produtivos, contribuindo para a diminuição da miséria e da pobreza.

Uma vez cumprido o papel do governo de dar o primeiro passo, oferecendo a infra-estrutura hídrica básica que democratiza o uso da água ao facilitar o acesso, reúnem-se as condições mínimas necessárias para atrair o capital privado, que responde com rapidez à medida que antevê perspectivas de rentabilidade melhor em relação a outras alternativas de mercado.

O papel do governo de criar condições para atrair capitais privados é indispensável e intransferível, e nesse caso compreende contornar a instabilidade econômica gerada pelas condições climáticas adversas reinantes na região, de modo a torná-las suportáveis e compatíveis com projetos de investimento rentáveis, contrapondo-se ao que vem ocorrendo através de séculos de exploração predatória promovida por uma população flagelada, desassistida, sofrida e abandonada ao acaso.

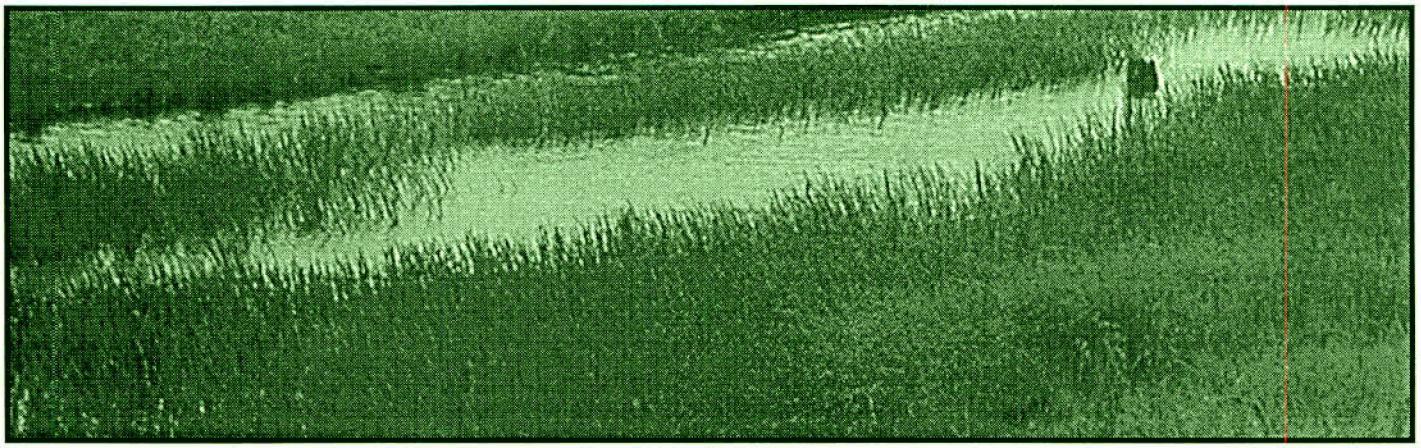
A implementação desse programa ao longo das próximas duas décadas beneficiará cerca de 15 milhões de brasileiros, cuja grande maioria vive em condições subumanas. Para isso é imprescindível o engajamento dos estados e municípios, além do governo federal que, sob a égide desse programa, podem juntos maximizar os recursos disponíveis.

O grande desafio

À Codevasf, que construiu sua história implantando o desenvolvimento no vale do São Francisco, principalmente através da introdução da agricultura irrigada, o desafio não assusta; muito pelo contrário, é um estímulo para que o melhor de seus esforços lhe seja dedicado. A recompensa esperada é ambiciosa, mas factível. É alentador presenciar na aridez causticante o nascimento do verde, que não representará mais a esperança e sim a realidade concreta.

Nas últimas décadas, a implantação de vários projetos de irrigação de caráter pioneiro, utilizando águas do São Francisco e seus afluentes, tem proporcionado mudanças significativas no Nordeste, criando condições de vida digna para grande número de brasileiros.

A introdução e disseminação de tecnologia voltada para a agricultura irrigada, desenvolvida pela



Codevasf, com a implantação de 91 mil hectares em perímetros de irrigação, contribuiu para a mudança do panorama sócio-econômico de vários pólos agroindustriais na região, não só pela ação direta, como pelo efeito-demonstração que resultou em volumosos investimentos privados, que em alguns pólos superaram a totalidade das inversões públicas realizadas.

O mais relevante exemplo pode ser observado no submédio São Francisco, no pólo hidro-agroindustrial de Petrolina-Juazeiro, que abrange vários municípios dos estados da Bahia e Pernambuco, onde se concentram seis projetos de irrigação implantados pela Codevasf. São cerca de 43 mil hectares aos quais foram incorporados outros 42 mil hectares da iniciativa privada, atraída pelas condições favoráveis proporcionadas pelo poder público. Para se ter uma idéia do que a incorporação dessa área ao processo produtivo significa, vale mencionar que esses investimentos somados permitiram a criação de 93 mil empregos diretos e permanentes, a produção e comercialização de mais de 2,5 milhões de toneladas de frutas, que proporcionaram uma receita total de aproximadamente R$340 milhões apenas em 1997.

O programa de trabalho da empresa para este ano contempla a conclusão e operacionalização das seguintes áreas: Formoso A e II, Barreiras Norte, Nupeba, Riacho Grande e Estreito IV, todas localizadas na região Sudeste do estado da Bahia, que somadas representam uma área total de mais 13 mil hectares irrigáveis a incorporar ao processo produtivo do país. Além disso, a Codevasf continua realizando estudos que permitam levar para outras áreas do vale do São Francisco a mesma esperança de progresso.

O jornalista Clóvis Rossi, no artigo intitulado "O pior monopólio", publicado na *Folha de S. Paulo*, de 13 de fevereiro passado, cita o seguinte trecho do editorial da revista *Uptade* editada pela Câmara Americana de Comércio (n. 20, jan. 1998): "o setor público sabe fazer várias coisas de maneira melhor que a iniciativa privada. É mais equitativo, mais democrático. Cuida melhor das comunidades remotas e das pessoas desafortunadas. Responde melhor às demandas não-econômicas" e acrescenta: "devemos lembrar que no setor privado a eficiência é, no fundo, um meio de maximizar o retorno aos acionistas". A sabedoria está em identificar quais ações devem permanecer com o Estado e quais, em que momento, devem ser entregues ao investidor privado.

Esse é o papel da Codevasf, e o que se espera da ação governamental: atuação pioneira em áreas deprimidas. Um projeto de irrigação no Nordeste, onde geralmente a fonte hídrica está distante da área a ser aproveitada e os custos de infra-estrutura comum são elevados, deve ter escala atrativa que estimule a participação da iniciativa privada. É ilusão imaginar investimentos puramente privados nessas áreas sem que o governo dê o primeiro passo, disponibilizando água, energia e meios de transporte.

A tudo isso acrescenta-se uma grande preocupação da Codevasf, à qual juntam-se as organizações de usuários dos projetos por ela implantados: o consumo excessivo de água. Conscientes de que a irrigação é grande consumidora de água, mesmo em situação totalmente sob controle, a Codevasf e os usuários, antecipando-se à regulamentação da lei, estudam em conjunto sistemas de irrigação mais eficientes, que desperdicem menos água. Por outro lado, muitos dos projetos em operação já monitoram a qualidade da água utilizada que retorna, pela superfície ou subsolo, para o manancial hídrico próprio, com o objetivo de se antecipar a qualquer sinal que comprometa sua qualidade.

Esta é a missão da Codevasf: mudar o perfil da população que habita o semi-árido, utilizando como estratégia o aumento da disponibilidade de água no São Francisco e sua transposição para as áreas mais necessitadas e promover o desenvolvimento pioneiro, através do uso racional dessa água e solo do vale do São Francisco de modo coordenado, integrado, constante e sobretudo gerenciável.

Presidente da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – Codevasf e ex-secretário de Agricultura de Pernambuco.